

LEI MUNICIPAL N.º 3.763/2023

*Revoga as Leis Municipais nº 2.641/2009 e 2.761/2011, E Institui o novo Conselho Municipal de Habitação e dá Outras Providências.*

**MICHAEL KUHN**, Prefeito Municipal de Selbach-RS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o Projeto de Lei Municipal nº 042/2023, e o mesmo sanciona e promulga a presente Lei.

**Art. 1º.** Fica instituído o Conselho Municipal de Habitação - COMHAB, em caráter permanente, como órgão de cooperação governamental, com a finalidade de auxiliar a Administração na implementação da política habitacional do Município.

**Parágrafo Único:** O COMHAB fica vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito.

**Art. 2º.** Compete ao COMHAB, além de gerir o Fundo Municipal de Habitação:

**I** - analisar a Política Municipal de Habitação, a ser proposta pela Secretaria Municipal de Assistência Social e sugerir as diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como as prioridades para o seu cumprimento, em especial na área de habitação de interesse social;

**II** - analisar os programas de alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação e sugerir as normas relativas a sua operacionalização;

**III** - opinar quanto as condições gerais referentes a limites, contrapartidas, prazos, atualização monetária, juros, seguros obrigatórios e os requisitos necessários à obtenção de empréstimo e financiamento com recursos do Fundo Habitacional Popular;

**IV** - apresentar a política de subsídios do Programa Municipal de Habitação;

**V** - opinar quanto as garantias a serem exigidas dos tomadores de empréstimos, de forma a assegurar a liquidez dos pagamentos, bem como sugerir quem será o detentor do risco de crédito e suas responsabilidades perante o Fundo Municipal de Habitação;

**VI** - sugerir as condições de atuação do Agente Financeiro Municipal, em conformidade com o estabelecido no Programa Municipal de Habitação;

**VII** - sugerir as normas para registro e controle das operações com recursos do Fundo Municipal de Habitação;

**VIII** - estimular o desenvolvimento de programas de pesquisa e assistência, voltados à melhoria da qualidade e à redução de custos das unidades habitacionais;

**IX** - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao Programa Municipal de Habitação nas matérias de sua competência;

**X** - elaborar o seu Regimento Interno;

**XI** - propor uma política de incentivo a associações e cooperativas habitacionais do Município, sem fins lucrativos;

**XII** - apoiar as iniciativas de regularização fundiária urbana, individuais ou coletivas, que tenham como fim áreas habitadas por população de baixa renda;

**XIII** - dar ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade;

**XIV** - promover audiências públicas e conferências representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais.

**Parágrafo Único:** Para o cumprimento do disposto no inciso II deste artigo a Secretaria Municipal da Fazenda deverá comunicar, no final de cada exercício, o orçamento do Fundo Municipal de Habitação para o exercício seguinte.

**Art. 3º.** Nos programas habitacionais executados em conjunto com a União ou o Estado, ou por delegação destes, assim como no caso de recursos financeiros federais ou estaduais, competirá, ainda, ao Conselho Municipal de Habitação:

**I** - sugerir as áreas prioritárias para as alocações, no Município, dos recursos oriundos de fontes federais ou estaduais de financiamento;

**II** - verificar o enquadramento dos pleitos de financiamentos de projetos nos pré-requisitos do Programa Municipal de Habitação;

**III** - hierarquizar os pleitos enquadrados.

**Art. 4º.** O Conselho Municipal de Habitação terá 08 (oito) membros titulares com seus respectivos suplentes com a seguinte composição:

**I** - do Município:

**a)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação;

**b)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento;

**c)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agropecuário;

**d)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

**I** - da Sociedade Civil:

**a)** 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Selbach - ACIS

**b)** 01(um) representante da Associação dos Moradores do Bairro União;

**c)** 01(um) representante da Associação dos Moradores do Bairro Natalino do Distrito de Arroio Grande;

**d)** 01(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

**§ 1º.** O Presidente do Conselho Municipal de Habitação será escolhido pelo Prefeito dentre os membros arrolados no inciso I deste artigo.

**§ 2º.** Os representantes e respectivos suplentes serão indicados:

**I** - pelo Prefeito Municipal, no caso do inciso I, alíneas **a, b, c, e d.**

**II** - pelas entidades respectivas, no caso do inciso II, alíneas **a, b, c e d.**

**§ 3º.** Os conselheiros e respectivos suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução.

**Art. 5º.** As decisões do Conselho Municipal de Habitação - COMHAB - serão tomadas por maioria simples de votos de seus conselheiros, com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros.

**Parágrafo Único:** O voto do Presidente somente será exigido em caso de empate.

**Art. 6º.** A função de Conselheiro do COMHAB é gratuita e considerada serviço público relevante prestado à comunidade.

**Art. 7º.** Esta Lei será regulamentada, no que couber.

**Art. 8º.** Os orçamentos anuais consignarão dotações específicas destinadas ao COMHAB.

**Art. 9º.** Revogam-se as disposições de Leis em contrário, em especial as Leis 2.641/2009 e 2.761/2011.

**Art. 10º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 11 de setembro de 2023.

Michael Kuhn  
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e  
Cumpra-se, em 11.09.2023

Fabício Schneider  
Secretário de Administração,  
Fazenda e Planejamento

Elaboração da minuta e visto:

Renan Pedro Knob  
OAB-RS 84.781  
Assessor Jurídico